

OPINIÃO

EDITORIAL

Exageros na arte do possível

A política é, por natureza, a arte do possível. No entanto, em Ribeirão Preto, ela tem flertado perigosamente com a arte do improvável.

O período eleitoral é, tradicionalmente, o momento em que se desenhavam horizontes e se pactuam compromissos com a população. Contudo, o que temos assistido na cidade é a transformação da quebra de palavra em uma rotina administrativa desgastante, onde o calendário das promessas raramente coincide com o relógio da realidade.

O cenário local oferece exemplos pedagógicos desse descompasso. A gestão municipal, sob a liderança de Ricardo Silva (PSD), iniciou seu ciclo com a promessa contundente de reabertura da UPA na antiga UBDS Central logo nos primeiros dias de governo. A saúde, urgência máxima de qualquer cidadão, foi usada como bandeira de eficiência imediata. Os “primeiros dias” passaram, o calendário avançou, e a promessa permanece em suspenso, confrontando a expectativa criada com a inércia da execução.

Não é um caso isolado de desarranjo cronológico. A entrega dos uniformes escolares de inverno, realizada às portas da primavera, transcende a mera questão logística; torna-se um símbolo de uma gestão que parece correr atrás do tempo, em vez de dominá-lo.

O agasalho que chega quando o frio já partiu não aquece; apenas evidencia a falha no planejamento básico.

A frustração, todavia, não se restringe ao âmbito municipal. O Governo do Estado também contribui para essa fatura de débitos com a população ribeirão-pretana. A esperada Fábrica de Cultura, prometida para estar em pleno funcionamento em 2025, engrossa a lista de projetos que, no papel, são irrepreensíveis, mas que na prática, não saíram do terreno das intenções.

É preciso compreender que a promessa é parte vital do jogo democrático. Ela sinaliza a direção, a ambição e o projeto de futuro. Entretanto, a política moderna não sustenta mais o discurso desacompanhado da tekhne — a técnica, a competência executiva.

Prometer é fundamental para inspirar, mas cumprir exige mais do que vontade política; exige rigoroso planejamento, orçamento realista e, acima de tudo, conhecimento técnico apurado. Sem o alicerce da capacidade administrativa, a promessa eleitoral degrada-se em estelionato cívico. Ribeirão Preto merece mais do que intenções; merece a dignidade da palavra empenhada transformada em obra e serviço, no tempo certo e com a qualidade devida.



OPINIÃO DO LEITOR

Depois de tantas “bola fora”, a Câmara deu uma dentro e barrou a troca de dívida milionária por um terreno que não serve pra nada. Parabéns, dessa vez!

Jabob Bonato, Jardim Botânico

NOVAS IDEIAS

Inveja: mãe de todos os pecados e arma de Lúcifer

ALVARO GRADIM*



A INVEJA NÃO É SENTIMENTO SECUNDÁRIO, MAS O VÍCIO PRIMORDIAL DA ALMA — TRISTEZA MALIGNA E NIILISTA PELO BEM ALHEIO, DESEJANDO QUE O OUTRO O PERCA, MESMO SEM GANHO PRÓPRIO.

Essa definição, empiricamente superior à visão que subordina a inveja à soberba (Agostinho e São Tomás de Aquino na Suma Teológica a veem como consequência do amor desordenado por si), revela-se autônoma e devastadora: opera sem orgulho prévio, movida por ressentimento puro.

Na Escritura, surge nos primeiros pecados. Caim mata Abel por inveja explícita (Gênesis 4; 1 João 3:12): não tolera a aceitação divina do irmão. Não ganha nada — apenas elimina o “superior”.

No Éden, Adão e Eva invejam a prerrogativa exclusiva de Deus: o conhecimento do bem e do mal. A serpente explora (“sereis como Deus”), levando a ato autodestrutivo. O “fruto proibido” é metáfora (não maçã literal), representando recusa da ordem hierárquica.

Na origem celestial, Lúcifer rebela-se por inveja niilista (Isaías 14; Ezequiel 28): não suporta a exclusividade divina, querendo o trono para que Deus não o detenha unicamente. Sua revolta é irracional — sabe da onipotência —, mas prefere ruína eterna.

Torna-se instigador supremo da inveja, usando-a para captar almas: onde germina ressentimento infundado, brota vingança por causas inexistentes.

Essa dinâmica escala em revoluções. Na Francesa, o Terror nasce de denúncias contra aristocratas: vizinhos regozijam-se com guilhotinas sem benefício próprio. Na Russa, dekulakização extermina prósperos por delações invejosas. Na Cultural Chinesa, destroem-se intelectuais por desejo de eliminar superioridade. Nietzsche chama “ressentiment”: moral de escravos que inverte valores para justificar vingança.

O marxismo seculariza essa arma: inventa exploração numa troca voluntária (“mais-valia”), fomentando ódio de classes. Regimes marxistas institucionalizam denúncias niilistas, nivelando todos na miséria — eco de Caim e do demônio.

Na pandemia, lockdowns geraram delações semelhantes: vizinhos denunciavam quem trabalhava, apenas para que o outro perdesse liberdade.

No cotidiano, manifesta-se cruelmente. Meu amigo, em bairro pobre, progride honestamente: imóveis, empresa familiar. Vizinhos espalham fofocas. Uma das fofoqueiras causa acidente grave: acelera ao invés de frear, arrasta-o 50 metros, agravando fraturas.

Ele percebe o maligno preparando isso via inveja coletiva, sondando fraquezas para mantê-lo na escassez. Orientei: mude-se — “o que os olhos não veem, o coração não sente” —, fugindo de provocações a vinganças infundadas. O contraponto surge na Doutrina Social da Igreja. Tomás de Aquino vê riqueza como bem instrumental: útil para sustento, virtude e liberalidade, subordinada ao bem comum.

Bento XVI (Caritas in Veritate) afirma: lucro é legítimo como sinal de saúde econômica, mas exclusivo torna-se nocivo — destrói riqueza, gera pobreza.

Intuição semelhante à Teoria dos Jogos, de John Nash: egoísmo puro leva a soma-zero (crises, inveja, revoluções); orientação ao bem comum, com gratuidade e reciprocidade, cria soma positiva — riqueza sustentável para todos. A função social da propriedade, raiz tomista do destino universal dos bens, exige equilíbrio: proprietário beneficia-se plenamente do fruto de seu trabalho (direito natural), mas bens criados por Deus devem beneficiar a todos.

Propriedade privada é indispensável à liberdade e sempre é a soma dos sacrifícios de alguém, mas carrega outras responsabilidades: usar o supérfluo para ajudar os necessitados, reinvestir justamente, criar empregos, gerar renda. Não é punição, mas ordenação à caridade: o rico administra bens que a Providência Divina lhe incumbiu. E imediata “Parábola dos Talentos” posta à prova.

No Brasil, a Constituição Federal (arts. 5º e 170) incorpora isso: garante propriedade como direito fundamental, condicionada à função social para justiça sem abolir benefício individual.

Todavia, Marxistas e progressistas a deturpam: elevam “bem comum” a absoluto, excluindo o direito do proprietário — justificam invasões, ódio ao rico como explorador, repetindo a inveja luciférica com máscara de justiça social. Lúcifer emprega a inveja em todas as escalas — espiritual, pessoal, coletiva — para instigar vingança por causas inexistentes, captando almas no inferno eterno. Reconhecer sua ação, e rejeitar seus frutos, é o caminho da verdadeira liberdade.

*é advogado

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

Banca do Denis - R. Otávio Golfeto, 326

Banca Saudade - Av. Saudade S/N

Banca Paulista - Av. Independência, 1680

Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

Banca Solange - Av Pres. Vargas, 25 - Esq. Av R. Nove De Julho

Banca Camões - Praça Camões S/N

Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

Banca Sete de Setembro - Praça

Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

Banca Oficce Center - Av Portugal, 1760

Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N

Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)